

HABEAS CORPUS Nº 548.678 - DF (2019/0357160-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **CLEITON MOREIRA DOS SANTOS**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**
PACIENTE : **CLEITON MOREIRA DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

EMENTA

HABEAS CORPUS. CARTA DE PRESO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA CONSTATAÇÃO DE POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO. EXECUÇÃO DA PENA. APLICAÇÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA CONSIDERANDO AS CONDENAÇÕES IMPOSTAS EM AÇÕES PENAIS DISTINTAS. QUESTÃO NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Por carta, **Cleiton Moreira dos Santos** busca a redução de sua pena pela aplicação da continuidade delitiva, considerando as reprimendas impostas nas Ações n. 0011584-232018.8.07.0015 e n. 0011337-422018.8.07.0015, nos termos do art. 71 do Código Penal.

Diz que, em julgamento de agravo em execução, o Tribunal de Justiça do distrito Federal reconheceu a continuidade delitiva entre as condenações e determinou que o Juiz da vara de execuções penais/VEP refizesse a dosimetria das penas. É certo que foram objeto de recurso as 1ª, 2ª e 3ª execuções, contudo, compulsando os autos da 1ª execução, observa-se que estão presentes exatamente as mesmas circunstâncias que animaram a decisão da segunda instância, motivo pelo qual a ela [estendo] os efeitos do v acórdão (fl. 3).

É o relatório.

O writ é manifestamente inadmissível.

A inicial, assinada pelo próprio apenado, veio desacompanhada de documentos

Superior Tribunal de Justiça

capazes de comprovar o apontado constrangimento ilegal. Tal a circunstância, não há como verificar a verossimilhança das alegações.

Ademais, a questão apontada na impetração, ao que consta, **não foi objeto de apreciação na origem, configurando indevida e vedada supressão de instância, o que impede o conhecimento da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça.**

Nesse sentido: RHC n. 107.672/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 30/5/2019.

Dessa forma, caberia ao impetrante dirigir a sua pretensão inicialmente ao Juízo da execução, cuja decisão, caso indeferida, daria ensejo à interposição de agravo em execução. E, após a apreciação da controvérsia pelo Tribunal de origem, seria possível submeter-se a matéria ao Superior Tribunal de Justiça, mediante recurso próprio.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ*.

Intime-se a Defensoria Pública do Distrito Federal para análise da pretensão.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator